

Constituinte quer fixar até

domingo, 5/6/88 □ 1º caderno □ 25

juros internacionais

Miriam Leitão e
Regina Perez

Uma estapafúrdia lista de emendas começará esta semana a ir a plenário da Constituinte prometendo, se for aprovada, transformar o Brasil num gigantesco *trem da alegria*, na expressão do deputado Francisco Dornelles. O Piauí, por exemplo, poderá ser um verdadeiro paraíso fiscal. Há uma emenda que reduz à metade todos os impostos federais pagos no estado. Os seringueiros serão os melhores partidos entre os homens brasileiros: suas mulheres e suas filhas, solteiras ou viúvas, terão pensão vitalícia. O melhor negócio no país será contratar empréstimos externos porque há uma emenda que fixa os juros a serem pagos a credores internacionais ao máximo de 3% ao ano. Assim, o mercado financeiro internacional passará a contar, além da *prime rate* (hoje em 9%) e da *libor*, (hoje em 7,81%) com a taxa de juros fixada pela Constituinte, em imutáveis 3%.

A lista das emendas das disposições transitórias é também um retrato acabado do fisiologismo que imperou na atuação de determinados constituintes. Precauendo-se das secas, os constituintes Teotônio Vilela Filho (Alagoas) e Naphtali Alves e José Freire (ambos de Goiás) apresentaram emendas que podem irrigar suas urnas em futuras eleições. Querem que, nos próximos vinte anos, metade dos recursos para projetos de irrigação sejam destinados às regiões Nordeste e Centro-Oeste. O senador Gerson Camata não faz por menos e tenta garantir por 20 anos os incentivos fiscais em sua terra natal, o Espírito Santo. Jesus Tajra, não se contentou em propor a redução de alíquota nos impostos federais em seu reduto eleitoral, o Piauí. Também quer criar uma empresa estatal e uma companhia de desenvolvimento específicas para o Vale do Parnaíba, cuja localização geográfica é, obviamente, o Piauí.

O Nordeste pode virar uma grande Zona Franca, com incentivos fiscais garantidos por 15 anos, a partir da aprovação da emenda do paraibano Marcondes Gadelha. Nem mesmo as polêmicas ZPEs (Zonas de Processamento de Exportação) — cuja criação esbarra na oposição de técnicos e economistas de dentro e fora do governo — foram esquecidas pelos constituintes. O senador Mauro Benevides (CE), quer que elas sejam implantadas no Nordeste, 180 dias após a promulgação da nova Constituição e o

Wilson Pedrosa — 7/08/87



Souza: emenda 'modesta'

deputado Sérgio Spada, do Paraná, tem duas emendas que institui as chamadas Zonas de Livre Comércio, em qualquer região do país. Juntas, essas emendas transformam boa parte do território brasileiro em paraíso fiscal.

Insônia — A lista dos surdos que irão à votação nesta próxima etapa da Constituinte está tirando o sono de técnicos da área econômica do governo. O ministério da Fazenda preparou um levantamento de todas as emendas que tiram arrecadação do governo ou aumentam suas despesas com o objetivo de montar um *lobby* junto aos constituintes.

O deputado Francisco Dornelles, temeroso de que muitas dessas idéias acabem sendo aprovadas, acha que só a mobilização do governo pode mudar o rumo desse processo: "É preciso conscientizar a sociedade brasileira do visto de aprovação destas emendas" avisa.

Uma das emendas mais preocupantes é a do senador Humberto Souto, que anistia todas as dívidas de microempresas e pequenos e médios agricultores de regiões incentivadas junto às instituições financeiras. Pelas contas da Fazenda, a emenda Humberto Souto anistia empréstimos de aproximadamente CZ\$ 520 bilhões, sendo que 80% desse valor acabaria coberto pelos cofres públicos. Isso porque a maior parte desses empréstimos foi feito por bancos oficiais ou repassados ao sistema privado por agências do governo.

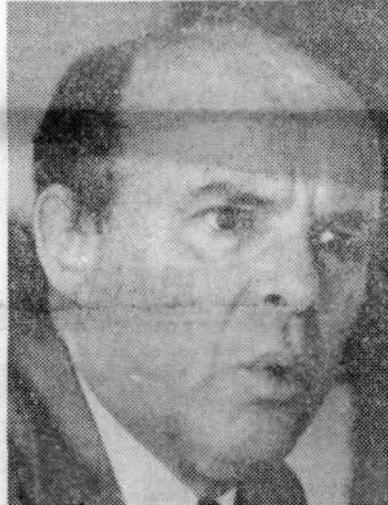
A emenda Humberto Souto também é uma ameaça quando conjugada ao princípio constitucional da isonomia. As-

Luis A. Ribeiro — 20/05/87



Camata: tudo pelo Estado

DF/Luiz Antônio — 8/10/87



Dornelles: com receios

sim, quem já quitou seu débito também poderia requerer o benefício. "E quem não contraiu dívida, como fica?", indaga um alto funcionário do Ministério da Fazenda. "Eu também quero o meu e em dinheiro vivo", protesta ele, que tem como única dívida a prestação da casa própria.

No rol das emendas das disposições transitórias há mais vinculações orçamentárias do que orçamento. Só o Nordeste pode garantir uma parcela de 3% do orçamento da União. A Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf) — uma estatal que tem funcionários lotados até no Rio Grande do Sul ganha 0,1% do orçamento por 10 anos. Outros 10%, no mínimo, podem ir para o que se transformaria em nova prioridade pública: os programas comunitários, que contemplariam, entre outras coisas, o estímulo à criação de times de futebol de rua.

Variabilidade — O instituto do concurso público — forma mais eficaz de moralizar as contratações na esfera do governo — também cai por terra no processo de transição para a nova Constituição. Nada menos que três emendas garantem a estabilidade para os servidores que não prestaram concurso, para os que foram contratados em caráter temporário e também incorpora aos quadros da administração direta e indireta os trabalhadores de empresas que alocam mão-de-obra para prestação de serviços ao governo.

A emenda do constituinte Wilson de Souza, que estabelece em 3% as taxas de juros do mercado financeiro internacional, para efeito do pagamento da dívida brasileira, é até modesta diante das outras emendas que instituem a moratória parcial, temporária ou por tempo indeterminado.

O *trem da alegria* tanto pode criar uma indenização especial para os anistiados políticos, como destinar 5% de todo o imposto de renda recolhido no Rio de Janeiro para a região Norte do estado. De quebra, pode acabar com todos os títulos e ações ao portador, uma medida que contempla a voracidade fiscal do governo na medida que facilita a tributação sobre as transações financeiras realizadas com esses papéis. Esta é uma das poucas emendas que receberam sinal verde dos técnicos da Fazenda, encarregados de levantar os absurdos que ainda podem ser agregados à nova Constituição.

A. Dorgivan — 12/08/85



Souto: anistia e ameaça